

PSICOLOGIA E LINGUAGEM NÃO EXCLUDENTE

Cartilha Orientativa

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 12ª REGIÃO (CRP-12)

SEDE

Rua Prof. Bayer Filho, 110, Coqueiros,
Florianópolis, SC, CEP: 88080-300

SUBSEDES

OESTE | Av. Porto Alegre, 427-D, Ed. Lázio Execu-
tivo, Sala 802, Centro, Chapecó, SC,
CEP: 89802-130

SUL | Rua Henrique Lage, 267, 2º andar, sala
201, Ed. João Benedet, Centro, Criciúma, SC, CEP:
88801-010

NORTE | Rua Mário Lobo, 61, Sala 905/906, Cen-
tro, Joinville, SC, CEP: 89201-330

Diretoria do XI Plenário do CRP-12

Conselheira Presidente

Yara Maria Moreira de Faria Hornke
CRP-12/08685

Conselheiro Vice-presidente

Ematuir Teles de Sousa
CRP-12/12502

Conselheiro Tesoureiro

Claudemir Gonçalves
CRP-12/15326

Conselheira Secretária

Renata Cristiane Araújo de Lima Pierre Louis
CRP-12/14482

Conselheiras(os) do XI Plenário CRP-12

André Luiz Cohn da Silveira - CRP-12/15290
Bruna da Costa Pereira - CRP-12/15305
Cláudio Pedro Vitorino - CRP-12/01834
Cleidi Mara dos Santos - CRP-12/09938
Fabiana Gonçalves Felix - CRP-12/03914
Fabricio Antonio Raupp - CRP-12/08012
Irme Salete Bonamigo - CRP-12/00531
Joseane Nazário - CRP-12/07882
Joseane de Oliveira Luz - CRP-12/10914
Junior César Goulart - CRP-12/11136
Luá Inaiê Gonçalves Marcantoni - CRP-12/11079
Marcele Bressane - CRP-12/14655
Marina Citatin Arruda - CRP-12/14017
Milena Regina da Silva - CRP-12/14711
Mirian Fernandes Yordi - CRP-12/06046
Nanci Cecília de Oliveira Veras - CRP-12/02324
Patrícia Backes - RP-12/02833

Patricia Brígida Estevão - CRP-12/03442
Paula Helena Lopes - CRP-12/13135
Sandra Regina de Barros de Souza - CRP-
12/03795
Sílvio Serafim da Luz Filho - CRP-12/00051
Tiago Luiz Pereira - CRP-12/09149
Vanabel Scarabelot - CRP-12/08197

GT DA ORGANIZAÇÃO

Presidência do GT

Conselheira Paula Helena Lopes (CRP-12/13135)

Conselheira Renata Cristiane Araújo de Lima
Pierre Louis (CRP-12/14482)
Conselheiro Claudemir Gonçalves (CRP-12/15326)
Colaboradora Jussara de Oliveira (CRP-12/22721)
Colaboradora Oliê Cárdenas Pires Ferreira Valente
Lourenço
Colaboradora Jéssica Janine Bernhardt Fuchs
(CRP-12-16544)
Colaborador Nicolas Elliot Penedo de Paiva
Estrella
Colaboradora Nathália Ramos dos Santos
Colaboradora Yasmin Martinho

AUTORES

Jéssica Janine Bernhardt Fuchs (CRP-12/16544)
Ju de Oliveira (CRP-12/2271)
Nathália Ramos dos Santos
Nicolas Elliot Penedo de Paiva Estrella
Oliê Cárdenas Pires Ferreira Valente Lourenço
Paula Helena Lopes (CRP-12/13135)
Yasmin Martinho

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Agência Le Magu

REVISÃO

Paula Helena Lopes (CRP-12/13135)
Renata Cristiane Araújo de Lima Pierre Louis
(CRP-12/14482)
Ematuir Teles de Sousa (CRP-12/12502)

PSICOLOGIA E LINGUAGEM NÃO EXCLUDENTE

Apresentação da cartilha

A proposta de construção deste material surgiu a partir de diferentes debates que têm gerado inquietações e mudanças na sociedade a partir da linguagem. Considerando que a Psicologia, que se constitui como um campo de conhecimento, deve acompanhar e atuar criticamente diante das transformações sociais, foi produzido este conteúdo para refletir como nossas práticas se ligam a essas mudanças e como isso é fundamental para pensar uma atuação ética e politicamente comprometida.

Guardadas as diferenças entre abordagens e áreas de atuação da Psicologia, a linguagem é reconhecida como um dos elementos transversais da nossa profissão. De modo geral, a relação entre linguagem e subjetividade diz respeito a como nos constituímos no mundo enquanto sujeitos. Ao longo desta produção, especialmente no primeiro capítulo, exploramos como a linguagem funciona não apenas como um meio de nos relacionarmos com a realidade, mas também como ela produz, altera e ressignifica os contextos em que vivemos, assim como nossas relações, experiências, pensamentos, discursos, ações e afetos.

No segundo capítulo, apontamos como a linguagem produz formas de classificação e hierarquização de sujeitos, grupos e modos de vida, fazendo parte daquilo que chamamos de norma — do que é considerado correto, natural e verdadeiro em uma sociedade. Enfatizamos então, que a linguagem foi estruturada e continua a se estruturar como um vetor que é perpassado por relações de poder (Foucault, 1996) e, desse modo, contribui para manter, reproduzir e criar diferentes formas de exclusão, estigma e preconceito.

No capítulo seguinte, compreendendo que a linguagem pode produzir experiências de violência para algumas pessoas e coletividades, trazemos para reflexão a importância e os modos pelos quais podemos construir com ela uma relação crítica. A partir disso, buscaremos apontar como esta pode se tornar também um fator fundamental para a justiça social e os direitos humanos.

Para seguir as reflexões, nos Capítulos 4, 5, 6, 7 e 8, apresentamos as linguagens: gendrada, neutra, antirracista, antipacitista e neolinguagem. A partir do exposto, é defendido que os marcadores sociais de gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, classe e deficiência são importantes para repensar as formas já estabelecidas e naturalizadas das dinâmicas sociais.

Nos capítulos finais, é enfatizado o compromisso ético-político da Psicologia e como podemos nos posicionar enquanto categoria diante das questões trazidas, de forma aliada e atenta às transformações sociais permeadas pela linguagem. Você vai encontrar ainda, neste material, orientações e dicas para uma atuação profissional implicada, bem como indicações de leituras e referências teóricas sobre os conteúdos abordados.

Introdução

Para iniciar as discussões propostas nesta cartilha, é necessário aproximar-se dos assuntos, independentemente de seu conhecimento prévio. Esta aproximação, além de teórica, requer uma sensibilidade contextual, sendo necessário identificar quem são as pessoas com quem nos relacionamos e trocamos saberes. Acessar materiais como este contribui para o processo de reconhecimento teórico e prático. Além disso, ser uma pessoa aliada é colocar-se à disposição, não somente para questionar o contexto em que nos inserimos, mas também indagar sobre nossos próprios privilégios e ações.

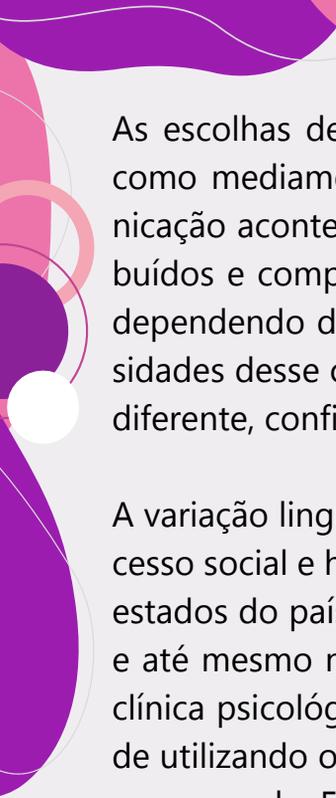
Entendendo que a linguagem é produtora e criadora de realidades, faz-se relevante discutir o uso de uma linguagem não excludente. Enquanto profissionais da Psicologia, lidamos cotidianamente com questões e vivências que são atravessadas por práticas excludentes e estigmatizadoras que se refletem na linguagem. Por isso, nosso intuito é trazer reflexões sobre seus efeitos na vida das pessoas e propor maneiras de repensar nossa relação com a linguagem em nossos saberes e atuações profissionais.

Linguagem e Subjetividade

A **língua** é um sistema estruturado historicamente, pautado em acordos gramaticais e de padronização, repassada geralmente nos processos de alfabetização e ensino formal. No entanto, é importante evidenciar que o ensino formal não é sua única forma de transmissão. A maioria das pessoas tem contato com a oralidade e, assim, apropria-se da língua de maneira informal, independentemente de ingressar posteriormente no ensino formal. Assim, a língua se constitui em determinado período e contexto, transformando-se com o passar do tempo e de acordo com mudanças culturais de relação com as palavras.

LÍNGUA ≠ LINGUAGEM

A linguagem é a forma de comunicação, abrangendo todas as formas de expressão (verbal, não-verbal, formal, etc.). Já a língua é um sistema simbólico, constituído por regras específicas e usado por uma comunidade. Exemplo: português, espanhol e a língua brasileira de sinais (Libras).



As escolhas de palavras se pautam na **linguagem**, que é como mediamos nossa relação com o mundo. E a comunicação acontece por meio de significados e sentidos, atribuídos e compartilhados no coletivo. Justamente por isso, dependendo do contexto histórico e cultural, e das necessidades desse coletivo, a linguagem será utilizada de forma diferente, configurando sistemas linguísticos.

A variação linguística existente no Brasil é fruto de um processo social e histórico, que se mostra não só em diferentes estados do país, mas também em diferentes grupos sociais e até mesmo no próprio falante. Uma pessoa que atua na clínica psicológica não conversa com as pessoas que atende utilizando o mesmo vocabulário que na vida acadêmica, por exemplo. Essas variações linguísticas surgem justamente porque o princípio básico da linguagem é a comunicação, então, é comum que a linguagem mude para se tornar mais compreensível, acessível e facilitada para quem a utiliza.

Assim, o modo como nos comunicamos pode ser diferente entre pessoas da nossa geração, de nossos antepassados e das gerações futuras, pois o mundo é compreendido a partir de uma época, cultura e contexto distintos. Nossas vivências, pensamentos e percepções sobre o mundo diferem de acordo com o local onde nascemos, classe social da qual fazemos parte, acesso que temos à educação formal ou não, nosso gênero, raça, entre outros aspectos.

A linguagem vai além do que é falado, ela também se refere àquilo que não é expressamente dito, mas que percebemos a partir de normas sociais ou de certos códigos, gestos, ações e discursos que compartilhamos na vida em sociedade. Quem de nós, por exemplo, nunca viu uma propaganda reforçando um ideal estético e se percebeu desejando aquilo? Essa situação parece naturalizar como deve ser o corpo, assumindo um padrão esperado socialmente por meio de códigos e imagens, criando, assim, uma representação do que é ideal.

Nesse sentido, compreendemos que a constituição subjetiva se dá na linguagem e pela linguagem, configurando a maneira pela qual construímos nossas relações com outras pessoas e com o mundo em que vivemos, além da forma como o percebemos, pensamos, sentimos e agimos nele. Permeando todas as abordagens da Psicologia, com seus conceitos específicos — os pensamentos automáticos e crenças na Psicologia Cognitivo-Comportamental, as questões do inconsciente nas abordagens psicodinâmicas, as relações com a materialidade na perspectiva histórico-cultural, as relações estímulo-resposta da análise do comportamento e na experiência vivida do ser-no-mundo da fenomenologia-existencial, entre outras —, vemos que todas elas reconhecem a importância da linguagem.



“

A língua tem também [...] uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade.

”

(Kilomba, 2019, p. 14)

Capítulo 2

A Questão da Normatividade

A normatividade se produz quando a norma — que é o que regula procedimentos e atos através de acordos implícitos ou explícitos — atravessa a subjetividade de tal maneira que, enquanto sociedade, passamos a monitorar nossos comportamentos e os de nossos pares para garantir sua manutenção. Por meio da comunicação, construímos e reforçamos padrões de linguagem que moldam nosso imaginário sobre as possibilidades de existência. Ao fazer isso, podem-se produzir violências e apagamentos sobre diversas maneiras de existir que subvertem a norma.

A subjetividade, por meio da linguagem, constitui-se de acordo com o contexto histórico e social em que vivemos, e vai se transformando em nossas experiências de vida, nas interações cotidianas, nas relações que construímos no âmbito da família, trabalho, entre outros. Contudo, quando viemos ao mundo, já nos deparamos com certos modos de relação, perspectivas da sociedade, ações e discursos que aprendemos a categorizar como normal ou anormal. São entendimentos que foram construídos antes de nós, ao lon-

go da história, e que são constantemente modificados, conforme agimos sobre o social e negociamos seus sentidos, percepções e significados.

As normas sociais têm relação com a linguagem à medida que aquilo que é considerado normal, correto ou verdadeiro em uma sociedade, cria e regula a maneira como certas existências e corpos serão vistos e enquadrados.

Nossa língua, por exemplo, reforça uma binariedade entre masculino e feminino que não se expressa na natureza, mas é aceita como normal. Contudo, essas classificações são produzidas e reguladas por diversos discursos e práticas que vão normalizar, para nós, a ideia de homem e mulher, de masculino e feminino (Butler, 1993). Assim, os corpos e vivências que não se adequam a esse binarismo muitas vezes são alvo de processos violentos e discriminatórios, sendo excluídos também das possibilidades de reconhecimento. Isso se reflete na ausência de debate e no apagamento com que costumam ser tratadas, por exemplo, as discussões sobre bebês intersexo, que passam por cirurgias estéticas genitais de caráter “corretivo” — grupo este que compõe até 1,7% da população (ONU, 2020).

Desde o ensino básico, aprendemos a seguir normas de linguagem de uma forma rígida, o que nos direciona a ver o

mundo por uma lente de “certo ou errado”, que é limitante e muitas vezes desrespeitosa. Um exemplo disso é como aprendemos a entender as deficiências. É bastante comum, no imaginário social, pensar que pessoas com deficiência não conseguem se inserir no mercado de trabalho, não constroem relacionamentos ou não experienciam a própria sexualidade.

Tal perspectiva parte de uma noção de normatividade que foi e segue sendo construída e reforçada a partir de vários lugares e saberes: das ciências da saúde, que entendem a deficiência como sinônimo de incapacidade; do mercado de trabalho, que reforça ideais de corpo de acordo com sua produtividade; de discursos nas escolas e famílias que consideram a deficiência como algo a ser tratado, corrigido, ou que deve se adequar às expectativas sociais; e assim por diante.

Por fim, as normas têm impactos diversos na vida das pessoas e direcionam a forma como vamos nomear, classificar e até mesmo pensar, enquanto sociedade, os modos de existência que não se enquadram nos parâmetros e nas expectativas sociais.

Capítulo 3

Palavra é Política: Inclusão e Justiça Social

Acompanhamos até aqui que a nossa relação com a linguagem é fortemente atravessada pelo nosso contexto histórico e cultural e que, às vezes, pode ser uma relação automática e não pensada, que acaba reforçando estereótipos e violências. Quando afirmamos que a linguagem é política, não estamos necessariamente falando de partidos ou disputas pelo poder institucional, mas nas maneiras como aquilo que é da ordem do compartilhamento social afeta e faz parte de nossas vidas particulares e coletivas.

A política, nesse caso, diz respeito às maneiras como as ações, performances e linguagem diferente e não excludente podem provocar rupturas e (re)organizações nas formas comuns nos relacionamos com a comunidade (Rancière, 2009). Nossa relação com a linguagem continua se transformando e nos transformando como pessoas, uma vez que cada palavra carrega uma multiplicidade de significados compartilhados por essa coletividade, por meio dos quais vamos nos reconhecendo como esta ou aquela pessoa.

Percebemos assim que, como profissionais da Psicologia, temos o compromisso ético-político de promover os direitos humanos e não reforçar discursos excludentes. Com a transformação da linguagem, uma prática política se faz na medida em que rompe com formas de ver e de pensar hegemonicamente estabelecidas, abrindo maiores horizontes nas possibilidades de ser e de estar em coletivos e comunidades.

Promover mudanças na linguagem com o objetivo de inclusão é uma questão de justiça social. Pensar essas transformações com base em vivências reais e ajustar a linguagem em falas do cotidiano e materiais formais é uma forma efetiva de promover justiça social.

Inclusão não diz respeito a simplesmente integrar pessoas com deficiência, pessoas negras, LGBTQIAPN+ e mulheres em diferentes espaços e contextos sociais. Diz respeito, sobretudo, a criar condições para garantir sua permanência e participação ativa em distintos contextos. Para isso, torna-se necessário questionar as formas de exclusão presentes em todos os âmbitos da sociedade, bem como os ideais normativos que sustentam essa lógica.

QUEM PODE FALAR ?

Quando abordamos os processos de inclusão e exclusão, é fundamental pensar também quem são as pessoas autorizadas a falar sobre algo e quais são os saberes e as perspectivas que são validadas socialmente. Poderíamos questionar: uma pessoa branca pode falar sobre racismo? Uma pessoa sem deficiência pode falar sobre capacitismo?

Essas perguntas podem nos levar a tentar respondê-las definindo quem pode falar e sobre o quê. Porém, essa discussão se refere às dinâmicas e relações de poder que permeiam as relações sociais, geralmente deslegitimando ou silenciando certas vozes, ao mesmo tempo que valorizam outras. Historicamente, sabemos que determinados grupos sociais não têm tido a mesma possibilidade de conceber as suas experiências e perspectivas de mundo. Grupos socialmente vulnerabilizados e oprimidos, por exemplo, não partilham das mesmas possibilidades de acesso à fala e à escuta (Mombaça, 2017) do que grupos hegemônicos, que dominam as narrativas sobre a sociedade e as



subjetividades. Trata-se de pensar, portanto, que certos grupos sociais, ainda que falem — ou seja, construam e expressem suas narrativas — são usualmente desqualificados, e suas contribuições são compreendidas como algo particular ou menos válido (Kilomba, 2019).

Interessa, então, pensar sobre a importância de contextualizar nosso discurso de acordo com a realidade que nos atravessa. Isso implica propor um exercício de situar e reconhecer a posição por meio da qual falamos, levando em conta os marcadores sociais dessa posição, para não colocar nosso discurso em um lugar universal ou de neutralidade. Se eu sou uma pessoa cisgênero e heterossexual, isso significa que, ao falar, sobre violências vividas pela população LGBTQIAPN+, devo entender que falo a partir de um lugar social bastante específico, e não do mesmo lugar de quem passa por essas violências.

Assim, se faço parte de algum grupo hegemônico, devo ainda reconhecer que minha posição social também é marcada, por exemplo, pela vivência da branquitude, da cisgeneridade e da heterossexualidade. Com isso, o que pretendemos mostrar é que, enquanto sujeitos e parte de grupos sociais distintos, partimos de experiências e lugares de validação social diferentes, ou seja, os discursos estão ligados a diferentes compreensões e lugares de pertencimento.

Nesse sentido, é fundamental nos atentarmos para as posições sociais que ocupamos tanto como profissionais quanto como sujeitos no mundo. Se, em um acompanhamento psicológico, deparo-me com alguém em sofrimento pelas exclusões que essa pessoa vive devido ao racismo, como vou escutar essa forma de sofrimento? Como a minha posição, enquanto profissional e pessoa, permite que eu compreenda o que está sendo dito? Que questões vou entender que são importantes de mobilizar naquele contexto? Que aspectos posso acabar legitimando ou invisibilizando nesse processo?



Capítulo 4

Linguagem Gendrada

Em nosso dia a dia, utilizamos as palavras no masculino, como “**bom dia a todos os presentes!**”, ou a noção de “homem” para nos referirmos às pessoas de modo geral, como “**o homem é um ser social**”, designando um suposto sujeito universal. Entendendo que a experiência social de pessoas e grupos não é determinada somente pelas vivências e parâmetros de homens (em geral brancos, cisgêneros, heterossexuais e sem deficiência), passou-se, em alguns campos de conhecimento, a utilizar a demarcação feminina — linguagem gendrada — para designar a produção de saberes por parte de mulheres, ou para situar suas experiências em diversos contextos, criando um contraponto.

A linguagem gendrada, portanto, enfatiza o uso do gênero gramatical feminino e surge como uma maneira de deslocar o masculino como referência universal da humanidade. Em vez de utilizar a palavra “psicólogos” para se referir à categoria profissional, na linguagem gendrada, opta-se pelo uso de “psicólogas/os” ou somente “psicólogas” para a comunicação. Você já deve ter visto a perspectiva de lin-



guagem gendrada em prática nas nossas redes sociais e nas formas de tratamento, que foi adotada oficialmente pelo CRP-SC (2017) e outros conselhos regionais (CRP-SP, 2010; CRP-MS, 2015). Esse uso se deu a partir da identificação da presença majoritária de pessoas autodeterminadas mulheres na categoria, como uma forma de promover visibilidade sobre quem constrói a Psicologia no Brasil (CFP, 2022).

Capítulo 5

Neolinguagem

A neolinguagem é uma reivindicação de ativistas da comunidade LGBTQIAPN+ e pessoas aliadas, que entendem a necessidade de se pensar a linguagem para além do binômio masculino e feminino. Devido às limitações atuais de nosso idioma, foi proposta a adição de um gênero gramatical, o gênero neutro, para que, além de incluir outras identidades, também sirva como uma forma de falar da população como um todo, sem necessariamente priorizar homens ou mulheres. Atualmente, não existe um manual definitivo ou regras oficiais para o uso da neolinguagem, mas, nos últimos anos, têm-se estabelecido alguns consensos na comunidade LGBTQIAPN+, além de existirem diversos sites e materiais independentes educativos sobre esse tópico (Caê, 2020; Pinheiro, 2022).

Inicialmente, utilizava-se o “X” ou “@” como forma de adaptar a língua, porém, compreendeu-se que esses elementos, além de serem impronunciáveis na fala, tornam a língua inacessível para muitas pessoas.

Exemplificando, esses termos dificultam o entendimento do que está escrito para pessoas que precisam utilizar leitores de tela como recurso de acessibilidade. Assim, por unanimidade, os manuais descartam a possibilidade de usar o “X” ou o “@” para tornar as palavras inclusivas. Em vez disso, orienta-se a adição do “e” ou “ue” para marcação de gênero (psicóloga se torna psicólogae), por ser o mais foneticamente adequado, e apresentam-se novos pronomes, como “elu”, para substituições das opções binárias “ele” e “ela”. Para palavras em que essa adaptação não é adequada, propõe-se a criação de novos termos: uma alternativa ao uso de mãe ou pai pode ser o substantivo “nan” (Pinheiro, 2022).

Já sabemos que a língua é parte de uma construção social e cultural e está em processo de constante transformação. A proposta de adição desses elementos à língua portuguesa é um recurso para inserção e integração de outras experiências, sem a exclusão de qualquer forma de expressão identitária. Essa é uma reivindicação emancipadora dos sujeitos por uma língua que os represente. Atualmente, o pronome de neolinguagem mais utilizado e reconhecido é o “elu” e seus derivados. Contudo, existem outras possibilidades, como as apresentadas no quadro a seguir, que você pode consultar.

Pronome	Preposição De + Pronome	Artigo	Desinência de gênero	Exemplo
Elu	delue	e	-e -ue	Elu é e psicologue, isto é delu.
Elae	delae	ae	-ae	Elae é ae psicologae, isto é delae
Ile	dile	e	-e -ue	Ile é e psicologue, isto é dile

É recomendado perguntar às pessoas como elas querem ser tratadas, afinal nem todas as pessoas não binárias utilizam a neolinguagem. De modo geral, não devemos assumir pela aparência e outras formas de expressão a identidade de gênero de uma pessoa.

Lembre-se que a revisão neutra de linguagem refere-se às pessoas, e não a objetos ou conceitos, pois quem está reivindicando uma inclusão na linguagem são as pessoas. Portanto, por exemplo, “a cadeira” mantém os mesmos artigos e desinência de gênero, não mudando o substantivo.

Linguagem Neutra

A linguagem neutra ganhou recentemente visibilidade por meio de manifestações presentes majoritariamente nas mídias sociais, expondo problemáticas acerca da atual construção binária da língua. Este modelo de linguagem tem como principal objetivo não demarcar gênero no discurso linguístico ao se referir a uma pessoa ou um grupo de pessoas.

Diferentemente da linguagem gendrada, que utiliza ambas as formas, feminina e masculina (por exemplo, psicólogas e psicólogos), dando ênfase ao feminino; e da neolinguagem, que propõe a terminação “e” ou “ue” para abarcar todas as pessoas; a linguagem neutra propõe, por meio de formas já existentes na língua portuguesa, não utilizar palavras estritamente masculinas ou femininas, como nos exemplos do quadro a seguir.

Os políticos	A classe política
Os jovens	A juventude
Os professores	Corpo docente
Como você quer ser chamado, chamada ou chamada?	Como você quer que eu te chame?
Os líderes	As lideranças
Chegada do homem à lua	Chegada da humanidade à lua
Parceiro ou parceira	Parceria

Fonte: Adaptado de Fischer (2020).

Abaixo exemplos adaptados de FISCHER, A. Manual Prático de Linguagem Inclusiva. Neolinguagem:



Assim, diferente da neolinguagem — que sugere uma adaptação gramatical —, a linguagem neutra propõe uma nova forma de pensar, independente de gênero e das hierarquias que este reproduz.



É válido enfatizar que a adoção oficial e a institucionalização da linguagem neutra poderiam facilitar as relações com pessoas que não se demarcam em gênero, tratando cada uma como um ser humano livre de limitações preestabelecidas de gênero.

Linguagem Anticapacitista

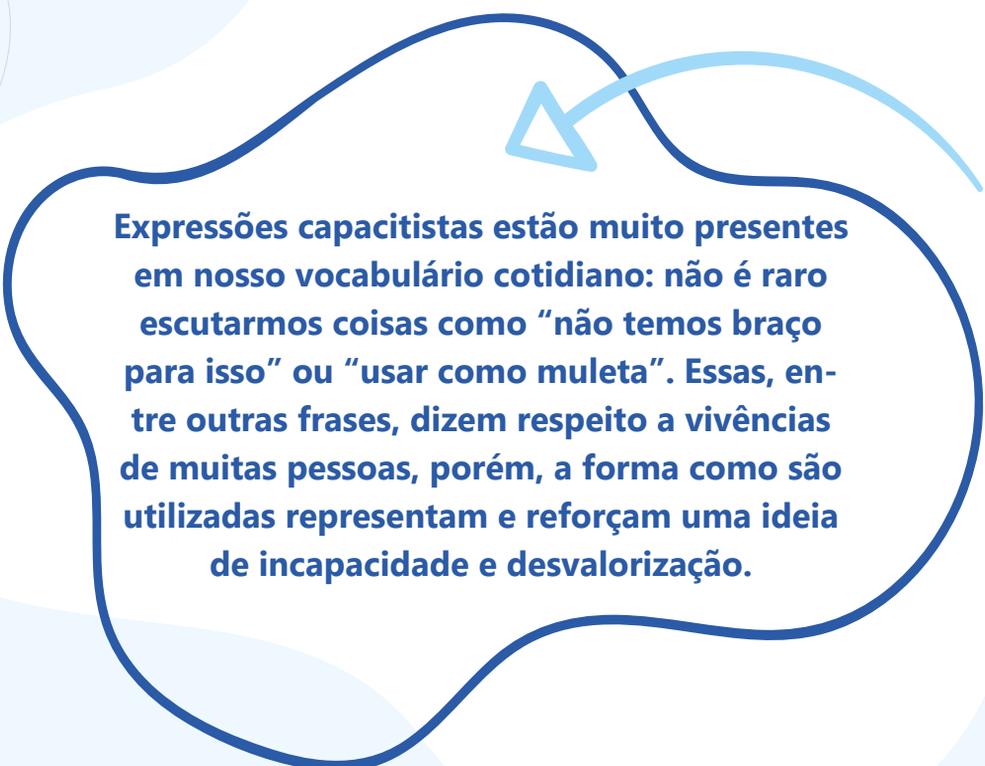
“Capacitismo” é um termo relativamente recente no Brasil e, por isso, pode ser que, ao ler o título desse capítulo, você não saiba o que isso significa. Essa é a palavra utilizada para nomear a forma preconceituosa com que as pessoas com deficiência muitas vezes são tratadas. O capacitismo acontece por meio de discursos e ações que promovem exclusão e a ideia de incapacidade, principalmente associadas à noção de funcionalidade corporal, para avaliar o que as pessoas são “capazes de ser e fazer”

(Mello, 2016)

A deficiência não é algo que está na pessoa, é o encontro das lesões e impedimentos, visíveis ou não, com as barreiras impostas socialmente, que dificulta a participação das pessoas em determinados contextos (CRP-SC, 2019). É por causa do capacitismo que se constroem escadas em vez de

rampas, e que se estipula um modelo e tempo de aplicação de provas, sem considerar as pessoas que utilizam Libras ou leitores de tela, por exemplo (Gesser; Block, 2024).

A linguagem é, então, um dos meios pelos quais essas barreiras são viabilizadas e reforçadas. Portanto, entendemos que, para promover igualdade de participação, é importante adotar a linguagem anticapacitista.



Expressões capacitistas estão muito presentes em nosso vocabulário cotidiano: não é raro escutarmos coisas como “não temos braço para isso” ou “usar como muleta”. Essas, entre outras frases, dizem respeito a vivências de muitas pessoas, porém, a forma como são utilizadas representam e reforçam uma ideia de incapacidade e desvalorização.

A seguir, são apresentados alguns exemplos.

Sugestões de substituições para expressões capacitistas

Termo Capacitista	Termo NÃO Capacitista
Aleijado; defeituoso; incapacitado; inválido; portador de deficiência	Pessoa com deficiência
Apesar de deficiente, ele é um ótimo aluno	Ele tem deficiência e é um ótimo aluno
Cadeira de rodas elétrica	Cadeira de rodas motorizada
Ela é cega, mas mora sozinha	Ela é cega e mora sozinha
Ela é retardada mental, mas é uma atleta excepcional	Ela tem deficiência intelectual e se destaca como atleta
Ela foi vítima de paralisia infantil	Ela teve paralisia infantil OU Ela tem sequela de paralisia infantil
Pessoa surda-muda	Pessoa surda ou, dependendo do caso, pessoa com deficiência auditiva

Abaixo exemplos adaptados de SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na Era da Inclusão:



Uma parte do ativismo de pessoas com deficiência tem problematizado termos considerados pejorativos, como “aleijado” — usualmente utilizado para indicar uma incapacidade atribuída a uma pessoa com deficiência física. Dessa forma, a ideia de “aleijado” tem sido proposta como uma crítica aos modos dominantes de pensar o corpo em termos de capacidade, e “aleijado” como uma ressignificação política de pessoas com diferentes tipos de deficiência (McRuer, 2021).

Nos últimos anos, a partir de mobilizações e discussões sobre anticapacitismo, foi possível criar políticas importantes para pessoas com deficiência. Entre elas, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que prevê a promoção, em condições de igualdade, do exercício dos direitos constitucionais da pessoa com deficiência, visando inclusão social e cidadania.

VOCÊ CONHECE LIBRAS?

Libras é a Língua Brasileira de Sinais e está instituída no Brasil desde 2002, pela Lei nº 10.436, sendo reconhecida como uma língua que faz uso de gestos e expressões faciais e corporais para se comunicar, com uma estrutura gramatical e alfabeto próprios. A Libras se contrapõe à ideia de linguagem unicamente como aquilo que podemos fazer por meio da oralidade e escuta, abarcando outras formas de comunicação.



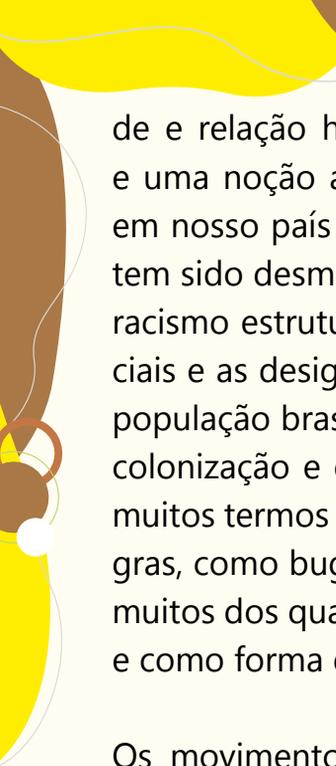
Capítulo 8

Linguagem Antirracista

As linguagens anticapacitista — como trabalhada no capítulo anterior — e antirracista surgem para indicar formas específicas pelas quais o capacitismo e o racismo se fazem presentes em nossas ideias e trocas sociais. Muitos termos que são naturalizados em nosso cotidiano, que passaram de geração em geração, vêm de concepções que são herança do processo colonizatório no Brasil.

Você já deve ter tido contato com a expressão “cor do pecado”, que no imaginário social se mostra como uma mulher negra e sensual, uma construção estruturada na sexualização e objetificação de mulheres negras, destituindo-as de sentimentos e inteligência. Esse exemplo evidencia como o sexismo (objetificação da mulher) se articula com o racismo (hipersexualização de corpos de pessoas negras) com base em um moralismo social. Vale perguntar: por que é pecado relacionar-se com uma mulher preta?

Por muito tempo sustentou-se, no Brasil, a ideia de que vivemos em uma democracia racial, supondo uma igualdade



de e relação harmoniosa entre pessoas brancas e negras e uma noção apaziguadora das políticas de miscigenação em nosso país (Munanga, 2017). Contudo, essa concepção tem sido desmistificada, uma vez que acaba relativizando o racismo estruturante em nossa sociedade, as violências raciais e as desigualdades sociais e econômicas presentes na população brasileira. Historicamente, devido às políticas de colonização e embranquecimento da população brasileira, muitos termos foram utilizados para se referir a pessoas negras, como bugre, preto, pardo, mulato, mestiço e moreno, muitos dos quais ainda são utilizados de maneira pejorativa e como forma de desumanizá-las.

Os movimentos antirracistas no Brasil têm discutido sobre mudanças na linguagem, tanto para propor o desuso de certos termos quanto para ressignificar as identidades individuais e coletivas. Além disso, têm denunciado e problematizado como os ideais da branquitude assumem socialmente um valor de superioridade, colocando imposições materiais e simbólicas para pessoas negras, produzindo uma fragmentação da identidade racial (Gonzalez, 1988).

Essas discussões têm contribuído para que, atualmente, mais pessoas passem a se reconhecer como pretas ou pardas. Segundo o Ministério de Igualdade Racial (MIR, 2024), no período entre os dois últimos censos do IBGE, por exemplo, mostrou-se um aumento de quase 5% da população autodeclarada negra no país (em 2010, 50,7% da população

reconhecia-se nas categorias preta ou parda, sendo que, em 2022, esse número passou para 55,4%).

Além disso, é importante lembrar que a colonização não é algo que ficou no passado, como o domínio de terras e territórios. A colonização é um processo subjetivo que abarca linguagem, pensamentos e ideias, e continua a ter efeitos em nossa sociedade.

Sendo assim, é necessário atentar constantemente para nossas ações e linguagem, a fim de não perpetuar a estrutura racista.

VAMOS DECOLONIZAR?

Decolonizar é um termo que tem sido popularizado nas discussões acadêmicas e sociais, propondo uma profunda reflexão sobre os impactos históricos do colonialismo, questionando e possibilitando uma transformação do sistema no qual estamos inseridos. Convidamos você a pesquisar e trazer para si essa perspectiva.

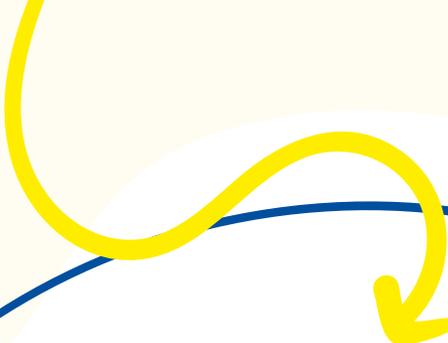
Capítulo 9

Afinal, o que é proibido?

Como abordado nos capítulos anteriores, existem normativas que classificam práticas de homofobia, transfobia, capacitismo, racismo e injúria racial como formas de discriminação ou crimes. No Brasil, temos: a Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989); o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); e, mais recentemente, a equiparação da homofobia e transfobia ao crime de racismo, entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal em 2019.

Também existem materiais do Conselho Federal de Psicologia que orientam sobre a atuação de profissionais da Psicologia, levando em conta o comprometimento ético frente às formas de opressão e desigualdade. Esses documentos servem de referência para o exercício de práticas profissionais não discriminatórias e não excludentes. A seguir, apresentamos alguns desses materiais.

Material	Descrição
Código de Ética Profissional do Psicólogo	Dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, estabelece padrões de conduta a profissionais de psicologia.
Resolução nº 01/1999	Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual.
Resolução nº 18/2002	Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.
Resolução nº 01/2018	Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.
Resolução nº 08/2020	Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero.
Resolução nº 08/2022	Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais.
Nota técnica: Construção, adaptação e validação de instrumentos para pessoas com deficiência	Na construção e adaptação de testes psicológicos para indivíduos com deficiência, faz-se imprescindível o atendimento aos pressupostos teóricos e técnicos inerentes ao processo de construção e adaptação de instrumentos sedimentados na literatura científica da área
Referência do CREPOP sobre atendimento à população LGBTQIAPN+	Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para POPULAÇÃO LGBTQIA+
Caderno Temático Psicologia e Pessoas com Deficiência do CRP-12	Propõe discussões e ações voltadas à orientação das(os) psicólogas(os) para a atuação profissional junto a pessoas com deficiência.
Manual de Psicologia e Direitos Humanos	Materiais de referência para que profissionais de Psicologia tenham acesso integrado para o exercício profissional em interface com os Direitos Humanos.



Materiais como este que você está lendo são uma tentativa de aproximação de realidades já existentes e debates atuais sobre a linguagem. Além disso, reforçamos a importância de dialogar com outros saberes e de se atualizar sobre as discussões que ocorrem nos movimentos sociais, a fim de compreender como as mudanças da linguagem estão ligadas às transformações sociais.

Considerações finais

Considerando que a linguagem é um exercício do cotidiano que se modifica a cada momento que é vivido, pode-se afirmar que, na linguagem não excludente, não existem regras fixas sobre como devemos agir, ou do que se pode ou não fazer. Nesse caso, o que existem são escolhas de posicionamento. Por exemplo, quando uma pessoa te comunica que um termo é ofensivo, você escolhe ignorar o comentário ou repensar sobre adaptar sua linguagem?

Em nossa atuação profissional, é importante compreender que as experiências das pessoas não são universais nem lineares; e que cada pessoa se subjetiva de forma singular a partir de seu contexto.

Não é incomum assumir — a partir de determinados marcadores sociais — com quem e como uma pessoa se relaciona, qual sua composição familiar, seu modo de viver, seus comportamentos, saberes e competências.

Dessa forma, algo cotidiano que podemos fazer é nos atentarmos aos momentos em que estamos pressupondo algo sobre a vida de alguém, a partir de concepções normativas de gênero, sexualidade, raça e deficiência.

Em vista disso, muitos termos e expressões de linguagem que foram naturalizados em nossa sociedade estão sendo questionados por seu caráter de inferiorização, exclusão e estigma. Sendo assim, é papel da pessoa profissional da Psicologia, frente às demandas vivenciadas, compreender como cada ser se relaciona com esses termos e até mesmo com nomeações sobre si — a partir de sua própria experiência singular e coletiva —, identificando se essas relações com a linguagem provocam adoecimento e estigma ou se potencializam suas possibilidades de existência.

Indicação de referências e sugestões de leituras

Se você se interessou pelos conteúdos desta cartilha e gostaria de se aprofundar e estudar melhor algum deles, acesse o site do Conselho Federal de Psicologia (site.cfp.org.br) para encontrar materiais, como o código de ética, referências técnicas, notas técnicas e resoluções. Além disso, não se esqueça de conferir as produções do seu Conselho Regional.

A seguir, registramos algumas referências e sugestões de leitura, separadas pelos assuntos abordados em cada capítulo desta cartilha.

Capítulo 1	Linguagem e Subjetividade
<ul style="list-style-type: none">- Livro: BENVENISTE, É. Problemas de linguística geral. Tradução: Maria G. Novak e Luiza Neri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.- Capítulo de livro: 1. O negro e a linguagem. Em: Pele Negra, Máscaras Brancas. Frantz Fanon. 1952.- Filme: A Chegada, dir. Denis Villeneuve. 2016.	

Capítulo 2	Normatividade
<ul style="list-style-type: none">- Filme: Escritores da Liberdade, dir. Richard LaGravenese. 2007.- Ensaio: Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). Leila Dumaresq, 2016.- Livro: Psicologia Suja. Sofia Favero. 2022.	

Capítulo 3

Inclusão e Justiça Social

- Filme: **Hoje eu quero voltar sozinho**, dir. Daniel Ribeiro. 2014.
- Álbum de estúdio: **Sobrevivendo no Inferno**. Racionais MC's. 1997.

Capítulo 4

Linguagem Gendrada

- Vídeo: **Fala Psi - Relações de gênero e feminismos**. Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FX0wcVNNGds>

Capítulo 5 e 6

Neolinguagem e Linguagem Neutra

- Página de conteúdo: Oltiel Zynx. 2023. **Neolinguagem**. Disponível em: <https://www.instagram.com/neolinguagem>
- Página de conteúdo: Ophelia Cassiano. 2019. **Material Guia para "Linguagem Neutra"**. Disponível em: https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b?source=social.tw&branch_match_id=1355948497986548815&branch_referer=H4sIAAAAAAAAAA8soKSottLXz8nMy9bLTU3JLM3VS87P1Q%-2FJ8g0NTA10yilPAgAh1eATiwAAAA%3D%3D
- Simpósio: Grupo de Estudos no Campo Discursivo da Universidade Federal de Santa Catarina. 2023. **I Simpósio de Linguagem Inclusiva-Neutra-Não-binária**. Disponível em:

Vídeo 1: <https://www.youtube.com/watch?v=Fv3NtVcYBv4&t=28s>

Vídeo 2: <https://www.youtube.com/watch?v=OaWtaxdCcrM>

Vídeo 3: <https://www.youtube.com/watch?v=roqVkJrWwe4>

- Documentário: **Crip Camp: Revolução pela Inclusão**. Jim LeBrecht e Nicole Newnham. 2020.
- Vídeo: Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com o Portal Catarinas. 2024. **Anticapacitismo**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5qFjFnyyy-I>
- Vídeo: **Fala Psi - Psicologia e Pessoas com Deficiência**. Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1oNQ1hu9Mss>
- E-book: **Guia Anticapacitista**. Ivan Baron. 2021.
- Material Informativo: **Guia para Práticas Anticapacitistas na Universidade**. Geisa Letícia Kempfer Böck, Karla Garcia Luiz, Marivete Gesser e Molise. Disponível em: <https://educadiversidade.unesp.br/guia-para-praticas-anticapacitistas-na-universidade/#Apresentacao>

Livro: **Pacto da Branquitude**. Cida Bento. 2022.

Livro: **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Lélia González. 2020.

Vídeo: Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com o Portal Catarinas. 2024. **Antirracismo**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RukPygK3Rk>

Vídeo: Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina. 2019. **Fala Psi - Psicologia e as relações raciais**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Yxo8n8TwmvI>

Vídeo: Canal História da África. 2022. **Expressões racistas no Brasil**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VzB-vB6OQ2rs>

Vídeo: Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina. 2017. **Fala Psi - Descolonização do pensamento na Psicologia**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pCNLnejRg-M>

REFERÊNCIAS

Apresentação

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 3a ed., 1996.

Capítulo 1

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Capítulo 2

BUTLER, J. **Bodies that matter. On the Discursive Limits of "Sex"**. New York: Routledge, 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Dia da Visibilidade Intersexo: enfrentar preconceito, discriminação e falta de informação**. 26 out. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/97415-dia-da-visibilidade-intersexo-enfrentar-preconceito-discrimina%C3%A7%C3%A3o-e-falta-de-informa%C3%A7%C3%A3o>

Capítulo 3

RANCIÈRE J. **A partilha do Sensível: estética e política.** Tradução: Mônica Costa Netto. 2a Ed, São Paulo; Editora 34, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro;** Cobogó, 2019.

MOMBAÇA, J. **Notas estratégicas quanto ao uso político do conceito de lugar de fala.** Disponível em: <https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>

Capítulo 4:

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SANTA CATARINA (CRP-SC). **Você sabe o que é escrita gendrada?** Florianópolis, 27 nov. 2017. Disponível em: <https://crpsc.org.br/noticias/crp-sc-utiliza-escrita-gendrada-em-materiais-institucionais-1>. Acesso em: 16 mar, 2024

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL (CRP-MS). **Escrita gendrada. Campo Grande,** 23 out. 2015. Disponível em: <https://www.crpms.org.br/escrita-gendrada/> Acesso em: 16 mar. 2024

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (CRP-SP). **Manual de linguagem do CRP SP**. São Paulo, ago. 2022. Disponível em: https://crpsp.org/uploads/pagina/328540/Ijyr_6YaRhOxI94Ii6FzCE7KOVfL8PI_.pdf

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL) . **Quem faz a psicologia brasileira? : um olhar sobre o presente. Volume I : formação e inserção no mundo do trabalho** / Conselho Federal de Psicologia. — 1. ed.— Brasília : CFP, 2022.

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1_WEB.pdf .

Acesso em: 16 mar. 2024.

Capítulo 5

CAÊ, G. A. **Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa**. Paraná, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341736329_Manual_para_o_uso_da_linguagem_neutra_em_Lingua_Portuguesa

Acesso em: 30 mar. 2024.

PINHEIRO, V. B. **Neolinguagem. In: LGBTQ+Spacey**. Disponível em: <https://lgbtqspacey.com/neolinguagem/>

Acesso em: 30 mar. 2024.

Capítulo 6

FISCHER, A. **Manual Prático de Linguagem Inclusiva. Neolinguagem**. Disponível em: <https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2018/07/Manual-linguagem-inclusiva.pdf>.

Acesso em: 30 mar. 2024.

Capítulo 7

MELLO, A. G. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. Ciência & Saúde Coletiva**. Florianópolis, v. 21, n. 10, p. 3265–3276, out. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SANTA CATARINA (CRP-SC). **Psicologia e pessoas com deficiência**. Florianópolis, 2019. Disponível em: https://crpsc.org.br/public/images/boletins/Miolo_Psicologia-e-Defici%C3%Aancia-Interativo.pdf.

GESSER, M; BLOCK, P. Capacitismo. In: DIOGO, M. F (org). **Diálogos interdisciplinares em psicologia e educação**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2024, p. 47-55. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/dialogos-interdisciplinares-em-psicologia-e-educacao/>.

SASSAKI, R. K. **Terminologia sobre deficiência na era da Inclusão. Revista Nacional de Reabilitação.** São Paulo, v. 5, n. 24, jan/fev. 2002, p. 6-9. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao>

MCRUER, Robert. **Aleijando as políticas queer, ou os perigos do neoliberalismo.** Educação em Análise. Londrina, v. 6, n. 1, p. 105–119, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/42319>.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Institui a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm?=&undfined.

Capítulo 8

MUNANGA, K. **As Ambiguidades do Racismo à Brasileira.** In: KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. (Orgs.). O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 33-45.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

MINISTÉRIO DE IGUALDADE RACIAL (MIR). **Monitoramento e avaliação: Edição CENSO DEMOGRÁFICO 2022**. Brasília, DF: ASCOM MIR, 2024, n. 3. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/Informe-edicao-censo-demogrfico2022.pdf>.

Capítulo 9

BRASIL. Lei nº 7.716, de 29 de dezembro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Decisão no julgamento de recurso (embargos de declaração) apresentado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) contra acórdão no Mandado de Injunção (MI) 4733**. Equiparação de ofensas contra pessoas LGBTQIAPN+ a crime de injúria racial. Brasília, 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512663&ori=1>.

(48) 3244-4826

www.crpsc.org.br

